

18/05/2016 - 05:00

Pesquisa de ponta rompe barreiras nos fármacos

Por **Françoise Terzian**

Perez, fundador da Recepta: droga atuará sobre o sistema imunológico

O cenário atual demonstra que há uma movimentação clara em busca da inovação no setor farmacêutico, mesmo diante do ambiente desfavorável. "As universidades não são receptivas à iniciativa privada. As empresas, por sua vez, não têm o costume de correr riscos. Já o ambiente regulatório parece punir quem inova. O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), por exemplo, demora três vezes mais para examinar uma patente que em qualquer lugar do mundo", enumera Antônio Britto, presidente-executivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma).

Duas empresas brasileiras são uma amostra dos novos caminhos percorridos pelas farmacêuticas nacionais. De um lado está a Recepta Biopharma, citada por vários especialistas como uma promessa na inovação. Ela atua na área de biotecnologia dedicada à P&D de novos fármacos voltados ao tratamento do câncer. Do outro, a EMS, a gigante nacional dos genéricos. Hoje, a EMS tem 50% de seu desenvolvimento focado em novos medicamentos, pesquisados em Hortolândia (SP), no que a companhia chama de maior centro de P&D de medicamentos da América Latina, com cerca de 400 pesquisadores e por volta de 50 projetos em diversas fases de desenvolvimento.

Na capital paulista, José Luiz Perez, por 12 anos diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), demonstra que uma década é tempo suficiente para transformar uma ideia em um negócio inovador e concreto. Em parceria com o Ludwig Cancer Research/LCR, organização de pesquisa acadêmica sem fins lucrativos de Nova York, ele deu início, em 2006, à Recepta. Esta, por sua vez, por seu desempenho, obteve quase R\$ 30 milhões de investimento do BNDESPar.

A partir de quatro anticorpos monoclonais licenciados pelo LCR para a empresa, foram iniciados trabalhos de desenvolvimento pré-clínico e clínicos (fases 1 e 2) voltados ao combate do câncer. O objetivo da Recepta é transferir as patentes para farmacêuticas (com foco na fase 3).

Sua evolução levou-a a se tornar a primeira empresa brasileira a licenciar a propriedade intelectual de uma droga internacionalmente. A interessada foi a americana Mersana Therapeutics, que fará o desenvolvimento científico. Dos ativos atuais da Recepta, destaque para dois anticorpos monoclonais imunoterápicos que devem estabelecer um novo paradigma na luta contra o câncer. Ou seja, ao invés de combater o tumor, a droga atuará sobre o sistema imunológico. "Para o tumor se instalar, o sistema imunológico precisa estar de acordo", explica Perez.

Em outra ponta, a EMS, líder do mercado farmacêutico brasileiro, com R\$ 9,6 bilhões de faturamento e 464 milhões de unidades comercializadas em 2015, trabalha para dar um salto em inovação e se tornar uma das grandes players do setor no mundo. Por volta de 6% de sua receita são revertidos em P&D. "A EMS foi a primeira a obter registro de genéricos no país, em 2000. Hoje, nosso pilar de crescimento é a inovação, o caminho para diversificar nosso portfólio e internacionalizar a empresa", afirma Ricardo Marques, diretor de desenvolvimento estratégico da EMS.

Com mais de 80 patentes pelo mundo, a EMS desenvolve medicamentos focados em especialidades como dor, ginecologia, cardiologia e oncologia. A farmacêutica pesquisa e desenvolve uma nova gama de produtos a partir do zero.

No mercado americano, a Brace Pharma é seu grande diferencial competitivo. Empresa da EMS fundada em 2013, no Estado de Maryland, a Brace Pharma busca trazer terapias inovadoras aos pacientes. Marques garante que, com a Brace Pharma, a EMS tornou-se a primeira companhia brasileira a apostar no mercado de inovação radical nos EUA. A proposta é primeiramente registrar terapias inovadoras nos EUA e, na sequência, submetê-las ao registro e à aprovação de agências regulatórias no Brasil e na América Latina. São US\$ 300 milhões em investimentos destinados a levar produtos inovadores para autorização/aprovação do FDA em um período de três a sete anos.